



經濟局

Direcção dos Serviços de Economia

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à  
Assembleia Legislativa, Si Ka Lon**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e ouvidas as opiniões do Gabinete do Secretário para a Segurança, é submetida a resposta à interpelação escrita do Senhor Deputado Si Ka Lon, de 22 de Janeiro de 2015, enviada a coberto do ofício n.º 84/E62/V/GPAL/2015 da Assembleia Legislativa de 16 de Janeiro de 2015, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 23 de Janeiro de 2015:

O Governo da RAEM deposita grande atenção às actividades publicitárias envolvidas em jogo de fortuna e azar, tendo continuado a mandar pessoal para reforçar a execução da lei e combate às infracções. Desde 1 de Janeiro a 6 de Outubro do corrente ano, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) já instruiu, no âmbito da sua competência, 354 casos suspeitos da violação da lei da publicidade, e cerca de 50% desses casos foram encaminhados para procedimentos administrativos sancionatórios, e ainda distribuído mais pessoal para realização de vistorias em diferentes áreas de Macau e Taipa, bem como aos veículos motorizados que circulam na cidade. Presentemente, os conteúdos publicitários dos casos detectados de violação da disposição do artigo 8.º da Lei de Publicidade incluem plataformas do jogo online e clubes do jogo para VIP, casinos, empresas do jogo, entre outros, envolvendo meios publicitários como autocarros turísticos, autocarros, táxis, veículos privados e painéis publicitários exteriores. Para as ilegalidades referidas, a DSE abre, por um lado, processos sancionatórios administrativos para responsabilizar todas as partes envolvidas, também, por outro lado, informa, de imediato, a subunidade orgânica competente pela emissão da licença aos meios publicitários do Instituto para os Assuntos Municipais e Cívicos (IACM), apelando à execução da legislação em causa no sentido de tomar medidas para reprimir a continuação da divulgação das mensagens publicitárias ilícitas nos respectivos meios, disponibilizando, igualmente, pessoal para dar continuidade ao trabalho e enviando pessoal para fiscalizar as situações de melhoria. Presentemente, tem obtido bons resultados nos trabalhos de



combate à publicidade ilegal dos jogos de fortuna e azar, graças ao esforço conjunto das entidades competentes, desde o início até presente data, o que reduziu gradualmente as situações ilegais, designadamente um melhoramento verificado quanto aos anúncios publicitários do jogo exibidos no exterior e *banners* pendurados em paredes exteriores de edifícios, respondendo neste sentido, às exigências do público e reduzindo o impacto das actividades dos jogos trazidas à sociedade.

No que toca aos trabalhos de divulgação, a DSE, IACM e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) não só elaboraram conjuntamente, em Maio, as “Instruções relativas ao reconhecimento da publicidade ilegal dos jogos de fortuna e azar”, organizaram ainda, em Julho, nas instalações da DSE, uma sessão de esclarecimento para as mesmas Instruções, que pretendem através desta ocasião, dar melhor conhecer ao sector e aos cidadãos, as disposições previstas na Lei n.º 7/89/M em matéria da publicidade dos jogos de fortuna ou azar, bem como as instruções para reconhecimento da publicidade ilegal dos jogos, a fim de reforçar a compreensão do público e das empresas industriais e comerciais, sobre os trabalhos de execução da lei que a Administração realizava contra a publicidade ilegal dos jogos de fortuna e azar, bem como aumentar a transparência nesta área. Futuramente irá continuar o reforço na cooperação com a entidade competente pela emissão da licença aos meios publicitários, elevando os efeitos da fiscalização através da divulgação, educação e execução da lei.

Paralelamente, nos termos das competências atribuídas pela legislação, os Serviços de Alfândega (SA) e a Polícia Judiciária (PJ) exercem as suas funções a partir dos seguintes dois aspectos: 1. Protecção da propriedade intelectual; 2. Prevenção e combate dos crimes ligados ao jogo.

Segundo os dados do Gabinete do Secretário para a Segurança, a PJ vai continuar a cumprir as suas funções, prevendo e investigando, de forma dinâmica, os crimes relacionados com jogo praticados em imediações ou zonas circundantes dos casinos, dando atenção ao conteúdo das publicidades promocionais de grande escala em jogo online, e não excluído a possibilidade do ajustamento das acções de prevenção e de



combate ao crime, bem como realização de patrulhas não rotineiras, intervindo imediatamente no tratamento do caso, logo que tenha dados suficientes ou recebido denúncias sobre casos de jogos online ou de burla. Caso a inspecção envolver vários denunciadores ou vítimas, ou que se verifique casos praticados de formas semelhantes, a unidade da investigação criminal irá, conforme as necessidades, criar equipas específicas para efectuar análises sobre as ligações entre os casos, a fim de combater esses crimes.

Uma vez que, durante os últimos anos, os jogos ilegais ou crimes praticados através do jogo realizavam por meio da rede, a unidade da investigação criminal da PJ vai efectuar vistorias periódicas na rede destinadas para esse assunto para inspecionar as novidades dos crimes da rede, utilizando técnicas de inspecção profissionalizada na área de rede informática, bem como tomada de medidas eficazes de combate, no intuito de combater eficazmente crimes desses géneros. Em relação ao processo de investigação destinadas às actividades de jogos, quer que esses actos sejam praticados ou não através da rede informática, a entidade policial vai intervir, de forma dinâmica e a tempo, na investigação, tomando acções, caso verifique suspeitos de prática de jogos ilícitos.

Ao mesmo tempo, o Corpo de Polícia de Segurança Pública vai continuar a ficar muito atento a esta situação, e quando verificar publicidades do jogo online, notificará as entidades competentes para efeitos de tratamento, reforçando também o combate ao jogo ilegal nas imediações dos casinos e nos bairros, bem como melhor desempenhar os trabalhos de reforça efectuar patrulhas dentro e fora dos casinos, a fim de reprimir o florescimento dos jogos ilegais.

Por outro lado, na sequência da intenção dos jogos ilegais procurarem imitar os jogos legais, utilizando dolosamente em nome de “sob tutela do Governo” ou imitar os modelos dos anúncios publicitários dos jogos legais para atrair a sua clientela, a SA irá dinamicamente dispor mais agentes para vistoriar, recolhendo informações sobre violação de direitos, e conforme estipulado na legislação, acompanhar os anúncios publicitários suspeitos na violação dos direitos da propriedade intelectual, bem como



segundo o carácter da violação dos casos, coordenar-se com outras entidades na distribuição de tarefas, responsabilizando as partes envolvidas.

No que toca às mensagens curtas “spam” do jogo referidas na interpelação, através de informações e de várias denúncias apresentadas pelos cidadãos, a PJ tomou conhecimento da instalação, pelos grupos criminosos, de estações bases falsas nos edifícios residenciais situados nas proximidades da Porta do Cerco, utilizando equipamentos electrónicos de forte frequência para interferir os sinais da rede 2G fornecidos pelos operadores de telecomunicações do Interior da China, que coberta normalmente a Praça das Portas do Cerco, o que implica a interrupção temporária do funcionamento da rede dos telemóveis das pessoas que entram e saem de Macau ou dos cidadãos que residem nas proximidades, e na mesma altura, recebiam um grande número de mensagens curtas “spam” ligadas à publicidade do jogo online. Através da cooperação com o Departamento da Polícia da Cidade de Zhuhai, a PJ resolveu, respectivamente, em Novembro de 2014, Janeiro e Fevereiro de 2015, 3 casos em matérias de estações bases falsa que emitiam mensagens curtas “spam” ligadas ao jogo online. E foram descobertos pela primeira vez, durante o desmantelamento da estação base falsa ocorrido no mês de Fevereiro de 2015, aparelhos de interferência da frequência da rede que conseguem mudar a rede 3G dos telemóveis para 2G, facilitando a recepção dessas mensagens curtas “spam”.

Face à nova tendência do desenvolvimento do crime do jogo, as autoridades policiais de Macau, da província de Guangdong e de Hong Kong realizam, não periodicamente, reuniões sobre o combate aos crimes relativos ao jogo ilegal, intensificando as trocas de inteligências e de informações entre as três partes, de modo a obter melhores efeitos de prevenção e combate que pretendia. Para evitar o ressurgimento dos crimes de mensagens curtas “spam” do jogo online emitidas pelas estações bases falsas, a PJ mantém uma comunicação estreita com a entidade competente do departamento da polícia de segurança pública da Cidade de Zhuhai para trocar actualidades e informações sobre as estações bases falsas. À medida que os grupos criminosos que operam estações bases falsas, neste momento, estão a praticar



crimes em Zhuhai e Macau, a PJ activou imediatamente o mecanismo da comunicação emergente, convidando, de forma dinâmica, o Gabinete de Gestão Geral do Posto Fronteiriço de Gongbei, na participação das reuniões urgentes realizadas em 28 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2015, onde ambas as partes chegaram a consenso sobre a cooperação em vários aspectos da prevenção e combate aos crimes de estações bases falsas, incluindo criação de acções de inspecção permanentes, realização periódica de reunião servindo para troca de informações, bem como activar os canais directos destinados à colaboração da investigação das mensagens das duas regiões e mecanismo para tratamento conjunto dos casos. Após trocadas as informações com as entidades competentes do Interior da China, a PJ adoptou vários actos, durante Fevereiro a Setembro de 2015, investigando 75 fracções residenciais suspeitas que situam às proximidades da Porta do Cerco. Durante essas acções, 24 pessoas foram detidas, tendo ainda apreendidos vários equipamentos electrónicos para “estações bases falsas”, incluindo 114 computadores, 104 simuladores de radiofrequência, várias antenas, aparelhos para interferência, amplificadores de radiofrequência, entre outros.

Futuramente, a PJ irá constantemente recolher informações criminais através do público e da comunidade, mantendo troca de informações com as entidades competentes do Interior da China, bem como investigar, de forma activa, e analisar a localização das estações de bases falsas, empenhado no combate aos crimes das estações bases falsas, por forma a diminuir, quanto possível, os incómodos das mensagens curtas “spam” do jogo trazidos aos cidadãos e aos turistas, evitando que os sinais dos telemóveis dos cidadãos sejam interruptos.

Face ao problema do jogo ilegal, a polícia continua a reforçar patrulhas nos bairros, intensificando a troca de informações com as entidades policiais da Província de Guangdong e de Hong Kong, bem como dar atenção aos conteúdos das placas publicitária que promovem o jogo online para apurar se os mesmos estão relacionados com casos de jogo ilegal ou fraude. Quando obtiver informações suficientes ou receber quaisquer denúncias, vai intervir imediatamente no tratamento, em termos legais.



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

經濟局

Direcção dos Serviços de Economia

Aos 9 de Novembro de 2015.

O Director dos Serviços, Substituto  
Tai Kin Ip